



REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – FEVEREIRO 2009

RESUMO EXECUTIVO

1. HOMOLOGAÇÕES E CERTIFICAÇÕES.

- a) Termos de Compromisso de Gestão Municipais (relação anexa). DAD/SE.
- b) Certificação de municípios do Rio Grande do Sul para a gestão das ações de vigilância em saúde.

ENCAMINHAMENTO: Homologados e Certificados, sem comentários.

2. DISCUSSÕES E PACTUAÇÕES.

- a) Portaria que institui a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – Renast. SVS.

CONASEMS: solicita retificação de redação de art.12 e art. 5º da minuta de portaria, que não alteram seu conteúdo.

CONASS: propõe aumento no valor de repasse de recursos federais para financiamento das ações de saúde do trabalhador, de modo a equiparar com o financiamento estadual.

MS: necessidade de analisar o impacto financeiro que representaria o aumento do recurso federal.

ENCAMINHAMENTO: Pactuada com a incorporação das alterações, sendo remetida ao GT de Vigilância em Saúde para análise do impacto financeiro da proposta de incremento dos recursos federais.

TEMAS ACRESCIDOS À PAUTA:

- a) Portaria MS/GM nº 1606, de 11 de setembro de 2001. Conass.

CONASS e CONASEMS: solicitam revogação da portaria, que impede o uso de recursos MAC, transferidos aos fundos estaduais e municipais, para pagamento de complementação dos valores da tabela SUS.

ENCAMINHAMENTO: remetida para discussão no GT de Gestão para análise da portaria à luz do Pacto.

- b) Similaridade entre os instrumentos: Contrato de Ação Pública e Termo de Compromisso de Gestão, para adesão ao Pacto. Conass

CONASS: propõe pactuar *ad referendum* e que a reunião entre o SES de Sergipe com os Secretários do MS possa ocorrer no intervalo entre a CIT de Fevereiro e a de Março.

MS: relembra que a CIT de dez/08 discutiu a questão e que a posição do MS foi de realizar discussão interna envolvendo todos os Secretários do MS e com a participação do SES de Sergipe. Ressalta que a reunião ainda não ocorreu por dificuldade de agenda.

ENCAMINHAMENTO: mantida a necessidade de discussão interna para posterior pactuação.

- c) MP de 15/12/08 – DPVAT. Conasems.

CONASEMS e CONASS: ressaltam o impacto da MP no custeio dos serviços hospitalares e propõem a discussão da questão na tripartite, sendo acatado pelo MS.

- d) Prevenção da Violência. Conass.

CONASS: informa reunião entre Conass e CONSED para discussão do tema, destacando o papel da escola na intervenção sobre essa questão. Resgata seminários sobre Prevenção das Violências, realizados pelo Conass ao longo de 2008, onde ficou evidenciada a importância da abordagem da questão na primeira infância. Coloca o tema como agenda prioritária para o debate tripartite.

CONASEMS: segue mesma posição.

ENCAMINHAMENTO: MS concorda com a questão, ressaltando que a Lei Seca provocou redução no nº de mortes, prevalecendo o desafio da redução de pessoas incapacitadas por acidentes no trânsito.

e) Medicamentos de Dispensação Excepcional.

CONASS: diz que não houve discussão da portaria publicada pelo MS e que a mesma não contempla as questões apresentadas pelos Estados. Caso permaneça o impasse, irá propor a devolução da compra desses medicamentos para o MS. Cita situações constrangedoras que os SES vivenciam em virtude dessa questão, como mandados de prisão expedidos em função de problemas afetos ao acesso a esses medicamentos.

ENCAMINHAMENTO: retomar a discussão da questão imediatamente.

3. Apresentações e Discussões.

a) Marcha em Defesa do SUS. Conselho Nacional de Saúde.

CNS: Convida os gestores a ingressarem na mobilização nacional em defesa do SUS, com atividades iniciais em março, fechando em grande marcha no final do ano de 2009, simultânea à realização da 1ª Conferência Mundial de Sistemas Universais de Seguridade Social.

MS, CONASS e CONASEMS: manifestam apoio ao movimento do CNS e se colocam à disposição. Conasems sugere oportunizar os encontros de acolhimento dos novos gestores e o Congresso do CONASEMS para a mobilização.

b) Relatório Anual de Gestão: consolidado das informações referentes a 2007. ST-CIT/SE.

Conasems: relata que foi surpreendido pela retomada das oficinas do PlanejaSUS nos estados, retrocedendo decisão tripartite anterior de que essas oficinas não mais aconteceriam e que seria discutida com CONASS e CONASEMS a estratégia para disseminação/qualificação e incorporação da prática de planejamento no SUS.

Conass: corrobora com a posição do Conasems e propõe que o tema retorne à agenda do GT, para continuidade da discussão. Nesse item, a SES de Mato Grosso do Sul registra o constrangimento vivido pela gestão estadual em decorrência de auditoria do Denasus, onde foi constatado que dos 78 municípios do estado, 08 não haviam informado sobre a elaboração e aprovação do Relatório de Gestão, sendo esse fato registrado no relatório como: "Um sinal de inoperância do estado é o fato de 8 municípios não terem ainda elaborado o Relatório Anual de Gestão".

MS: propõe que MS formule pedidos formais de desculpas pelos excessos cometidos no Mato Grosso do Sul e levará a questão das oficinas do Planejasus à SE para que sejam suspensas.

ENCAMINHAMENTO: remete ao GT de Planejamento e Financiamento a discussão das ações necessárias à implementação do Relatório de Gestão e do processo de Planejamento; ratifica pedido formal de desculpas do MS ao estado de Mato Grosso do Sul; propõe o realinhamento das ações do Planejasus à luz das pactuações já ocorridas.

4. Informes.

a) Reunião Governo Federal e Governadores das Regiões Norte e Nordeste

CONASS: o SES do Maranhão citou a dificuldade de cumprimento dos compromissos firmados na reunião ocorrida com o Ministro, no tocante à redução da mortalidade infantil, dada a necessidade de enfrentamento das questões afetas à dificuldade de profissionais de saúde e limitação de investimentos.

MS: informa sobre a reunião do Presidente Lula com governadores do N e NE, com agenda em torno de quatro ações: Redução da Mortalidade Infantil, com foco na Mortalidade Neonatal; Registro civil obrigatório; Agricultura familiar e Redução do Analfabetismo. Relata as ações deflagradas pelo Ministro, em parceria com os estados dessas regiões, com vistas ao cumprimento dos compromissos firmados para a redução da mortalidade Neonatal, além de informar a perspectiva de ampliação dos investimentos para algo em torno de 10% do orçamento.